

Imigração japonesa em Santa Maria através do jornal A Razão: 1956-1958

André Luis R. Soares

(professor Dep. de História, CCSH, UFSM)

Cristiéle Santos de Souza

(acadêmica do Curso de História,

bolsista FIPE-Júnior)

Resumo

Este trabalho apresenta a imigração japonesa da cidade de Santa Maria, Rio Grande do Sul, entre os anos de 1956- 1958. A imigração japonesa para o Brasil após a segunda guerra visava resolver o problema de superpopulação no Japão e suprir de braços para as lavouras em diversos estados do Brasil. O jornal A Razão, um dos maiores jornais da região, retrata todos os passos da epopéia nipônica na cidade, desde os problemas de semi-escravidão enfrentados em Uruguaiana até a instalação definitiva e a mobilidade social dos japoneses na sociedade santamariense. Em nossa pesquisa, o jornal torna-se uma fonte primária, ao lado das entrevistas com os imigrantes, uma vez que são raros os documentos oficiais sobre a imigração na época.

Palavras-chave: jornal A Razão; imigração japonesa; Santa Maria

Introdução

Após a segunda Guerra Mundial, a situação do Japão não era das melhores. A população que retornava da guerra mais o crescimento demográfico, associado à falta de produção agrícola, deixava o país em situação delicada.

O Japão devastado pela guerra precisava dispersar sua crescente população, que era muito maior do que o suprimento interno de alimento e outros recursos limitados. Assim, depois da assinatura do Tratado de Paz de São Francisco em 1951, que deu a independência

ao Japão, o país fez alguns ajustes especiais com os governos dos países latino-americanos para envio de colonizadores imigrantes que trabalhariam para o desenvolvimento agrícola. Os primeiros imigrantes do pós-guerra chegaram ao Brasil em 1952, ao Paraguai em 1954, à Argentina em 1955, à República Dominicana em 1956 e à Bolívia em 1957.

A imigração foi vista, mais uma vez, como uma saída possível para que diversas pessoas pudessem reconstruir suas vidas fora do Japão. Entre 1952 e 1961, quando foi retomada a imigração no pós-guerra, cerca de 55 mil japoneses saíram do seu país em direção ao Brasil, embora desde 1927 o governo de Tokyo tivesse abandonado a política *dekassegui*, para estimular a “emigração para radicação permanente”.

O Serviço de Imigração Japonesa, por sua vez, informava, em março de 1968, que mais de 615.000 japoneses e seus descendentes residiam no Brasil. Se tomados os números correspondentes ao fim da Segunda Guerra, em torno de 250.000, os dados do final dos anos 60 representam considerável aumento deste contingente.

A chegada oficial ao estado do Rio Grande do Sul é no ano de 1955, e em agosto de 1956 começa a corrente imigratória direta, quando um grupo de 23 rapazes solteiros chega ao porto de Rio Grande.

O uso do jornal enquanto fonte para a pesquisa histórica possibilita diferentes visões sobre o período estudado. No caso da imigração japonesa na cidade de Santa Maria, o jornal nos permite compreender, ao menos em parte, o que significava para a cidade a chegada desses imigrantes. Da mesma forma o jornal nos fornece uma série de informações úteis à pesquisa, tais como os nomes das pessoas envolvidas no processo de organização que resultou na instalação dos imigrantes japoneses na cidade.

Neste sentido, tentaremos traçar a trajetória e os caminhos tortuosos desta imigração na cidade de Santa Maria, Rio Grande do Sul, através do Jornal A Razão, um dos mais importantes jornais da cidade na época, ao mesmo tempo em que reconstituir, junto com o depoimento dos imigrantes, os primeiros tempos da instalação destes na cidade.

A origem das famílias

As 50 famílias que vieram para o Brasil no *Afurika Maru* tinham dois destinos

diferentes. Dezesete famílias iriam para a Colônia na região de Santa Rosa, atual Ernestina, enquanto o restante iria para Uruguaiana. No caso de Uruguaiana, trinta e três famílias dispunham-se ao plantio de arroz como objetivo, e o local era a fazenda São Pedro, de propriedade do ex-embaixador João Batista Luzardo.

Não sabemos com certeza porque os japoneses são contratados para esta fazenda. Contudo, as notícias de jornal São Paulo Shimbun' apontam que o filho de João Batista Luzardo teria visto um anúncio sobre a capacidade de trabalho dos japoneses. Acreditamos que Luzardo deve ter procurado seus aliados políticos, como o prefeito e ex-governador do Estado de São Paulo em 1957, Ademar de Barros. Ademar de Barros foi um sério defensor do braço imigrante nipônico, intervindo a favor destes quando era interventor do estado de São Paulo, durante a ditadura de Getúlio Vargas.

É provável que tenha sido Ademar de Barros que providenciou os trâmites para trazer os japoneses através do amigo e presidente da Associação de Jovens Japoneses em São Paulo, o senhor Mitori Kimura.

Segundo o jornal Correio do Povo, datado de 07 de abril de 1977, Mitori Kimura declarou:

“eu mesmo fui falar com o então governador do Estado, Ademar de Barros, para trazer japoneses para Uruguaiana e recebi permissão. Fui até o Japão e selecionei 33 famílias realmente agricultoras e trouxe para o Rio Grande do Sul. Durante a viagem, quase não houve problemas e desembarcamos oficialmente no Brasil no dia dois de abril de 1957, no porto de Rio Grande.

É muito provável que Ademar de Barros tenha solicitado ao senhor Mitori Kimura que viabilizasse uma imigração particular para o Rio Grande do Sul. Este japonês, residente em Marília, interior de São Paulo, já estava no Brasil há alguns anos. Destacado e eloquente foi o presidente da associação de jovens no estado de São Paulo.

Enquanto São Paulo, Paraná e Amazonas já não tinham tanto interesse na imigração, o Rio Grande do Sul era um Estado com pouca população e bem receptivo, como já havia mostrado com outros imigrantes.

Algumas especulações são necessárias, uma vez que não temos documentos

escritos. A imigração promovida por Mitori Kimura deve ter sido a primeira imigração particular organizada a sair do Japão com destino ao Rio Grande do Sul. Embora tenha tido apoiado pela KAIKYO-REN, um órgão vinculado ao Governo Japonês para impulsionar a imigração, fundado em janeiro de 1954, a *Kaikyo-ren* e a *Kaigai Iju Kyokai* depois serão unificadas e se tornarão a JAMIC (órgão do governo japonês que auxiliava os imigrantes japoneses que chegavam ao Brasil) e a JEMIS, que posteriormente passou a ser conhecida como JICA (*Japan International Cooperation Agency*).

Uma vez que não possuímos documentos escritos, supomos que Mitori Kimura tenha viajado ao Japão e convencido seu irmão, Kosei Kimura, a ajudá-lo na empresa. Kosei Kimura era um telegrafista veterano da 2ª Guerra, que depois se torna funcionário de uma cooperativa na província de Kumamoto. Sabemos que os líderes de cooperativa eram visados para auxiliar na imigração, principalmente pela capacidade de liderança. Kosei Kimura tinha situação estável, mas a perspectiva de enriquecer no Brasil e um retorno rápido, são determinantes para arregimentar outras famílias, muitas em situação não tão confortável.

A promessa de enriquecer em quatro anos era promissora, e todas as famílias eram alimentadas pelo mesmo sonho: melhorar de vida e retornar ao Japão, o mais breve e o mais rico possível.

Os jornais da colônia paulista, dentre eles o São Paulo Shimbun, apontam como responsável pela imigração o senhor Mitori Kimura. Além disso, descrevem com detalhes a chegada dos imigrantes no porto de Santos e enviam jornalistas para acompanhar esses imigrantes até a fazenda São Pedro em Uruguaiana.

Tentando nos reportar a viagem, alguns elementos nos parecem claros nos dias de hoje: a expectativa de chegar a um país diferente e distante das terras natais; a esperança de enriquecer no estrangeiro, trabalhadores conhecidos como os *dekasseguis*; os diversos sentimentos misturados de abandonar as terras, a família e ainda a expectativa de retornar em breve, rico e de cabeça erguida.

Assim, os imigrantes desembarcam no porto de Rio Grande, para ir à estação ferroviária, prosseguindo viagem de trem até Uruguaiana, em busca da Terra das

Oportunidades.

A estada em Uruguaiana

Em 1957, a 2 de abril, chega o navio *Afurika Maru* no porto de Rio Grande, trazendo 50 famílias, a maior parte delas da província de *Kumamoto*. Como já citado, 17 fundaram uma colônia mal-sucedida em Ernestina, enquanto as outras 33 tem Uruguaiana como destino.

Estas famílias são recebidas na Fazenda São Pedro, pertencente ao Embaixador João Batista Luzardo, amigo particular do ex-presidente Getúlio Vargas. As normas do contrato, assim como a descrição do dia da chegada também podem ser vistos no São Paulo Shinbun. É também, o São Paulo Shinbun que vai publicar no ano seguinte uma série de reportagens que narram passo a passo à trajetória desses imigrantes no período compreendido entre a chegada em Uruguaiana e o primeiro dia em Santa Maria. É fundamental compreender a estreita relação existente entre a colônia japonesa em São Paulo e as famílias que viviam em Uruguaiana. Tanto a chegada, quanto os problemas enfrentados por essas famílias são noticiados por jornais da colônia japonesa em São Paulo. Contudo, é preciso ressaltar que a relação existente entre essas colônias se dava exclusivamente por meio dos jornais.

É necessário um pequeno retorno no tempo. Pelo contrato firmado em 06 de novembro de 1907 com o governo de São Paulo, e quatro dias depois com o do Rio de Janeiro, foi dada permissão para entrada no País, durante três anos, de 1000 imigrantes a cada ano, organizadas em famílias, com no mínimo de três trabalhadores, com idades entre 12 a 45 anos, independente de sexo, para trabalhar nas fazendas de café.

A despesa que cada família de imigrantes teria que arcar seria de 500 ienes, dos quais 100 ienes correspondiam às despesas de viagem de Kobe a Santos, subsidiadas pelo governo de São Paulo, estabelecidas em dez libras (159\$170 réis) por adulto, cinco libras por criança entre sete e doze anos e duas libras e dez shillings por crianças de três a sete anos. Os menores de três anos seriam transportados gratuitamente. Aos fazendeiros que recebessem imigrantes caberia reembolsar o governo com as quantias de quatro, duas e uma

libra respectivamente, permitindo-lhes descontar tais quantias dos salários dos imigrantes.

Em 1957, porém, as coisas não foram tão simples. Para o Rio Grande do Sul, assim como para São Paulo, cada família deveria migrar com pelo menos três pessoas aptas para o trabalho. Como família entendia-se casais com filhos, ou cunhados agregados. Desta forma, diversos solteiros trocam de sobrenome para poder migrar como pertencentes a uma família.

Outro problema era a questão dos recursos para a viagem. Cada pessoa poderia viajar com apenas U\$ 50 dólares, o que deixava os recursos financeiros bastante escassos para despesas depois da viagem. Some-se a isto que o preço pago pelo trabalho dos imigrantes não era em dinheiro, mas em produtos, alimentos e outros bens. Na chegada, deveriam pagar pela viagem e pelo transporte até a fazenda, bem como pelos alimentos que consumiam. Assim, rapidamente os imigrantes estavam mais endividados do que na chegada, e a tendência era somente piorar.

Na medida em que os meses passaram, os japoneses mais acumulavam dívidas, e solicitaram uma revisão do contrato, principalmente na forma de pagamento, que era realizada através de alimentos e nunca em dinheiro. Ao mesmo tempo, o plantio de arroz foi bem menor do que o inicialmente estipulado, de forma que muitas vezes os imigrantes ficavam ociosos. Embora alguns imigrantes assegurem que não houve fome, todos reconhecem que passaram muitas necessidades durante a estada em Uruguaiana.

O contrato assinado, pelos quais os imigrantes prontificaram-se a migrar, previa um salário de Cr\$ 70,00 (setenta cruzeiros) por dia para homem adulto e Cr\$ 60,00 (sessenta cruzeiros) para mulheres e jovens por dia¹. Porém, o que a realidade apresentou foi algo muito diferente. Não bastasse o pagamento em gêneros ao invés de moeda, podemos supor que os preços não eram exatamente os mesmos que no mercado.

Assim, criou-se um impasse, pois a fazenda não queria modificar o contrato e, por outro, as grandes diferenças culturais e a falta de compromisso no pagamento levou os japoneses a desejarem sair da fazenda. Endividados, recorrem novamente a Mitori Kimura

¹ O Salário mínimo em 01/08/56 era de Cr\$3.800,00 (decreto-lei D 39.604/56). Em 01/01/59 o valor subia para Cr\$6.000,00 (decreto-lei D 45.106-A/58). Fonte <http://www.portalbrasil.net/salariominimo.htm>. Último acesso em 25 de março de 2008.

para intermediar a situação.

Através da KAIKYO-REN procuram formas de contornar a situação ao mesmo tempo dramática e delicada. Nos jornais que noticiam as negociações para a saída dos japoneses de Uruguaiana, aparece o nome de Daisako Oosawa, como representante da Federação das Associações Imigratórias do Japão, órgão do governo japonês.

Novamente não há documentos acessíveis que relatem com exatidão o que aconteceu. Parece que é o senhor Daisako Oosawa é quem leva a notícia bombástica para ser divulgada na cidade de São Paulo, em 1957: 33 famílias estão passando por dificuldades, com dívidas a pagar e num sistema de trabalho injusto e explorador.

Divulgado no jornal São Paulo Shimbun, uma campanha arrecada 100 mil cruzeiros (equivalente a cem contos de réis, pois a moeda recentemente havia trocado de nome) para cobrir as dívidas e as despesas das famílias para sair de Uruguaiana (4 mil cruzeiros por família, pois das 33 famílias 8 já haviam procurado outra colocação, restando 25 famílias em Uruguaiana).

É importante ressaltar que o jornal “A Razão” quando anuncia a possível ida dos imigrantes japoneses para a cidade de Santa Maria, não menciona as razões pelas quais os imigrantes romperam o contrato com a fazenda São Pedro em Uruguaiana. Da mesma forma, os problemas enfrentados com o contrato, assim como a campanha promovida pelo São Paulo Shinbun não são mencionados.

Segundo as entrevistas, é o senhor Oosawa quem traz o dinheiro para Uruguaiana, restando ainda definir o destino destes imigrantes. Não sabemos o que leva Oosawa-san a Santa Maria. Porém, no jornal “A Razão”, de 23 de janeiro de 1958, há uma pista que talvez indique o porquê da escolha desta cidade. Segundo o jornal, “o fato de já haverem japoneses radicados em Santa Maria e que juntamente com o Lar Metodista vem empreendendo uma obra de grande vulto no chamado Cinturão Verde da cidade, crê-se que os legisladores não terão dificuldades em conseguir dados concretos para a localização de novos imigrantes”. O apoio dado pelo Lar Metodista, na época, compreendia a cedência de um espaço anexo a instituição para a plantação de tomates. Parece que podemos considerar a escolha da cidade pensando em alguns fatores, como a boa vontade da administração

local, mais a existência de outros imigrantes já radicados, bem como a intensificação do projeto Cinturão Verde e os interesses do Instituto Nacional de Imigração e Colonização - INIC e Associação Rural.

O acordo é realizado entre o prefeito em exercício e a Direção da Associação Rural no intuito de obter colocação para as 25 famílias. Começa a campanha na cidade para dar emprego aos imigrantes. E assim recomeça a luta dos imigrantes por condições dignas de trabalho e novas terras, novas oportunidades.

Santa Maria de braços abertos

No dia 21 de março de 1958 chega o trem que traz os imigrantes. A transferência é o resultado de diversas tratativas que começaram meses antes. O prefeito em exercício, na época, era o Capitão Deocleciano Dornelles. Foi a ele que Mitori Kimura se dirigiu para explicar a situação em que se encontravam os japoneses em Uruguaiana. É também Dornelles quem faz o pedido formal para que o INIC ajude nas despesas de transporte. Em 08 de março de 1958 é publicado no jornal “A Razão” o telegrama de agradecimento do Cônsul Geral do Japão no Brasil ao prefeito em exercício pela atenção dispensada ao Sr. Oosawa e pelos esforços na colocação das famílias de imigrantes.

É o jornal Correio do Povo, datado de 07 de abril de 1977, que esclarece:

Eu não suportava mais – diz Kimura – ver as famílias que havia trazido passando tanta miséria e sofrendo explorações. Falei, então, com o Cônsul, que na época era Daisako Osawa e com referências dele fui para Santa Maria, onde procurei o vice-prefeito, que estava exercendo o cargo de prefeito, o coronel Deocleciano Dornelles, e expliquei toda nossa situação.

Parece que o senso de solidariedade de Deocleciano foi o suficiente para iniciar uma mobilização em torno da causa dos japoneses. O jornal ‘A Razão’ noticia, em 23 de janeiro de 1958, que o Partido Social Democrata – PSD solicita a Câmara de Vereadores um requerimento para o Presidente do Instituto Nacional de Imigração e Colonização – INIC, senhor Walter Cechella, para o estabelecimento dos imigrantes japoneses em Santa Maria.

Em 16 de fevereiro de 1958 o mesmo jornal apresenta a disposição dos japoneses em trabalhar em Santa Maria. O Senhor Daysako Oosawa realiza as negociações cabíveis para trazer os imigrantes em condições dignas e diferentes daquelas enfrentadas em Uruguaiana.

Já em 26 de fevereiro fica acertada a vinda dos imigrantes. Após a vinda do presidente do INIC à cidade, no dia 03 de março, se desenha com mais clareza os procedimentos de transporte, estabelecimento e as famílias que receberão os imigrantes. Entre outros, as famílias de Luiz Aita, Gilberto Binato, Darcy Medeiros D'Ávila e Luiz Antônio Borges.

Se por um lado a resolução do problema das dívidas dos imigrantes em Uruguaiana tenha sido resolvida pelo apoio financeiro de São Paulo, mobilizada através da campanha realizada no Jornal 'São Paulo Shinbun' e viabilizada pelo representante do consulado japonês, Daysako Oosawa, é bem provável que a questão tenha sido acompanhada pelos meios oficiais do Brasil.

Todo este trabalho é realizado em conjunto com o Instituto Nacional de Imigração e Colonização – INIC, criado em 1954 e dirigido por Walter Cechella no ano de 1958, que auxilia para oportunizar emprego através das famílias interessadas nestes imigrantes em Santa Maria. Acreditamos que é o prefeito em exercício que consegue dividir as despesas da viagem (Uruguaiana - Santa Maria) entre o INIC (50%), e a outra parte paga pelos empregadores dos imigrantes em Santa Maria (50%).

É necessário realizar um parêntese sobre a figura emblemática do Dr. Walter Cechella no período. Vereador no período de 1952 a 1955, foi presidente da Câmara de Vereadores em 1952, 1953 e 1954. Ocupou o cargo de presidente do INIC de novembro de 1957 a julho de 1960. Ainda neste período foi presidente da Associação Comercial (1956 a 1967). Pelo envolvimento com a comunidade e pela sua preocupação com os imigrantes, recebe a comenda de Grande Oficial da Ordem do Sol Nascente concedido pelo governo japonês em 1961.

Ainda não sabemos se o Dr. Walter, como diretor de duas instituições de peso como o INIC e a referida Associação Comercial, influenciou os empresários locais na instalação e

acomodação dos japoneses. Fato é que os imigrantes, quando chegaram, foram recebidos na Gare da Estação Férrea pelos santa-marienses que se tornariam seus patrões, mas antes de tudo seus amigos.

Quando chegam, devido ao contrato firmado no Japão de trabalhar quatro anos na agricultura, todos são empregados nos sítios em bairros próximos para trabalharem de empregados na lavoura.

É possível também que a vinda dos japoneses para Santa Maria fizesse parte de um plano do governo do Estado, denominado “Cinturão Verde”, como citado anteriormente. Este projeto consistia em diminuir os custos de produção agrícola através da implantação de agricultores nas proximidades da cidade, diminuindo os custos de transporte e, por fim, da cadeia produtiva.

Ainda devemos destacar que o mesmo doutor Walter é responsável pela introdução e divulgação de cultivos como o da batatinha na quarta colônia, através da Caixa Rural. Não seria de estranhar que Cechella tenha impulsionado os japoneses no cultivo de hortaliças.

Os imigrantes relatam que, ao chegar, foram recebidos pelos patrões e logo iniciaram na agricultura, abastecendo a cidade com vegetais e outros que não faziam parte dos hábitos gaúchos. A produção era dividida entre 50% para os donos da propriedade e 50% para os agricultores japoneses.

Com determinação férrea e persistência tipicamente japonesa, os agricultores começaram a abastecer hotéis, locais de comércio e pequenos mercados, a fim de colocar sua produção na mesa dos santamarienses. Se lembrarmos que Walter Cechella é, após os anos 1960, diretor gerente da Caixa Rural de Santa Maria, poderemos imaginar que a introdução e estímulo da produção de hortigranjeiros também possui a intervenção do professor de economia da Universidade Federal de Santa Maria - UFSM.

Não se sabe como os imigrantes passaram de contratados nas lavouras para a agricultura independente, mas o processo deve ter sido semelhante ao acontecido em São Paulo. Tal como publicado na região sudeste, supomos que:

“começaram a instalar um botequim, por exemplo, para iniciar uma nova atividade, completamente diferente da lavoura. Depois,

acumulando capital e experiência comercial, passam a fase de armazém de secos e molhados, no qual se vendem gêneros alimentícios e outros artigos de uso cotidiano, pequenos implementos agrícolas, etc.” CEHIJ,1992, p.84.

Terminado o contrato legal, firmado no Japão, pelo qual os imigrantes deveriam se dedicar por quatro anos à lavoura e à agricultura, muitos nipônicos começaram a buscar outras alternativas, como aconteceu no estado de São Paulo.

Em Santa Maria a cidade conheceu o Supermercado Tokyo, O Supermercado Japonês, o Mercado Nippon, os produtos da Fazenda Iguchi, a Frutaria Japonesa e outros, como o Mercado Itaimbé, na Avenida Venâncio Aires.

Ainda mais tarde temos a diversidade de produtos que deixaram registrados as floriculturas Yamamoto, Hayashida e Kiyama, além das distribuidoras Kaneda e Takahama.

“O financiamento necessário para o início das atividades foi obtido pelo grupo junto ao Banco da Indústria e Comércio, na época gerenciado por aquele que é lembrado pelos imigrantes como Sr. Brenner. Foi acordado entre as partes que, em troca do recebimento do cinco contos por cada família, os beneficiados trabalhariam com aquele banco por, no mínimo, três anos. Diante do sucesso e da seriedade dos imigrantes, novas agências bancárias ofereceram-lhes financiamento, mas eles permaneceram fiéis àquele que ajudara quando eram absolutamente desconhecidos.” Morales, s.d., p. 05

A comunidade recebeu ajuda de outros *gaijins*. Além do Capitão Deocleciano Dornelles e do Dr. Walter Cechella, presidente do INIC, as famílias fizeram amizade com seus patrões.

50 anos depois (2008)

Santa Maria, 23 de junho de 1972. Três páginas do ‘São Paulo Shinbun’ são dedicadas aos 15 anos de imigração japonesa em Santa Maria. Na festividade, realizada no restaurante Augusto, um dos mais tradicionais e conhecidos estabelecimentos da cidade, são comemoradas a prosperidade da colônia, a integração com a comunidade brasileira, o

reconhecimento que já não são *dekasseguis*, mas imigrantes. Não são mais trabalhadores temporários que vieram enriquecer, mas famílias que possuem seus filhos na escola brasileira, convivem com os nacionais e se integraram a paisagem local.

Santa Maria, 07 de maio de 1958. O jornal “A Razão” noticia a realização do Festival do Japão nas festas do centenário da cidade. No palanque central da Praça Saldanha Marinho, às 20 horas “o povo santamariense terá oportunidade, na noite de hoje, assistir e apreciar toda a delicadeza das músicas populares nipônicas, toda a beleza e o colorido das vestes orientais e o suave encanto das *geishas*”. Na programação, diversos cantos e danças do folclore japonês.

Em traje de gala japonês, o coordenador e então presidente da comunidade é Mitori Kimura, o mesmo que traz os imigrantes para a cidade.

O que aconteceu após a chegada em Santa Maria? Como colocamos antes, depois do final do contrato que os fixava na agricultura, muitos tomaram o caminho dos mercados e estabelecimentos autônomos. Uma lavanderia japonesa durou pouco tempo.

Os mercados de hortifrutigranjeiros sustentaram muitas famílias, até a instalação dos supermercados de capital estrangeiros. Enquanto algumas pessoas se dedicavam a agricultura e se mantiveram nos hortifruti, outras dedicaram-se a floricultura, ao comércio e outros.

Muitas famílias se fixaram em Santa Maria, depois de algumas tentativas em outras cidades, pois um dos pontos nevralgicos da cultura japonesa é a importância dada à educação, e o município contava, desde o início dos anos 1960, com uma universidade pública.

Os *isseis* não desejavam o trabalho pesado e penoso para seus filhos. Tanto quanto puderam, investiram na educação, com escolas de japonês aos finais de semana e escola brasileira a partir dos sete anos de idade. Muitos dos *nisseis* realizaram curso superior, para alegria, orgulho e satisfação daqueles que, através da agricultura, puderam ofertar melhores condições aos seus descendentes.

A vida na comunidade japonesa seguia seu rumo. Muitos nunca se naturalizaram, continuando cidadãos japoneses até hoje. Mantiveram sua identidade através do espírito

comunitário, a ajuda mútua, as festas e atividades que reuniam *nikkeys* de todo estado do Rio Grande do Sul.

Nas décadas de 1970 e 1980 Santa Maria foi o pólo de diversas gincanas, promovidas pela Associação Nipo-Brasileira do Rio Grande do Sul, ou a Sociedade Nipo-Brasileira de Santa Maria. Havia encontros como *engeikai* (“Festival de artes cênicas”), *undokai*, com a criação da Sociedade Nipo-Brasileira de Santa Maria (*Nihonjinkai*), fundada em 1978, clube das senhoras, clube dos jovens, cada qual com atividades específicas, realização de confraternizações, torneios, gincanas e outras formas de socialização, divertimento e perpetuação da cultura nipônica. Em 1981, a prefeitura de Santa Maria considera a Sociedade Nipo-Brasileira de Santa Maria como de utilidade pública para o município.

Tal como as primeiras colônias que se estabeleceram no Brasil, o sentido da *nihonjinkai* é organizar os *nikkeys* para tomadas de ação que envolve o coletivo, o bem estar de todos e o apoio mútuo em caso de necessidade. A Sociedade Nipo-Brasileira de Santa Maria é filiada a outras associações, de caráter estadual e nacional, mas não é subordinada às mesmas.

Bibliografia

UMA EPOPÉIA MODERNA: 80 ANOS DE IMIGRAÇÃO JAPONESA NO BRASIL. Comissão de Elaboração da História dos 80 anos da imigração japonesa no Brasil. Ed. Hucitec, Soc. Brasileira de Cultura japonesa, São Paulo, 1992. Doravante citado como CEHIJ, 1992.

STADNIKY, Hilda Pívaro & BARROS, M.E. *Contribuição ao estudo da imigração japonesa em Maringá*. In: DIAS, Reginaldo B. & GONÇALVES, José Henrique Rollo. **Maringá e o norte do Paraná**. Estudos de História Regional. Maringá: EDUEM, 1999.

STADNIKY, Hilda Pívaro. Migrações para a América: a presença nipo-brasileira no Norte Novo de Maringá, acesso em Migrações para a América: a presença nipo-brasileira no Norte Novo de Maringá. Fonte: http://www.janm.org/projects/inrp/portuguese/overview_po.htm

SANTOS, Geraldine Alves. DOLL, Johannes. GAUDIOSO, Tomoko Kimura. A integração cultural do Japonês na cultura brasileira: a experiência da Colônia de Ivoti. In: CADERNOS DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO – PPG Dir./UFRGS. Porto Alegre, Edição Especial v.1, n.3, p. 55, nov. 2003.

IMIGRAÇÃO JAPONESA NO BRASIL – Meio Século após a II Guerra Mundial (1953-2003).
Associação de Imigrantes Japoneses no Brasil, Comissão de Compilação do Livro
comemorativo. Setembro de 2004.

TANAKA. Aline Midori de Moraes. – Imigração e colonização japonesa no Brasil – um resumo, In:
CADERNOS DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO – PPG
Dir./UFRGS. Porto Alegre, Edição Especial v.1, n.3, p. 55, nov. 2003.

Jornais:

A Razão, Santa Maria, RS.

Correio do Povo, Porto Alegre, RS.

São Paulo Shinbun, São Paulo, SP. (em japonês).

Nippaku Shinbun, São Paulo, SP. (em japonês).

Paulista Shinbun, São Paulo, SP. (em japonês).